



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS

LEI Nº. 2.394, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025

**CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO CÍVICA E CIDADANIA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Silvânio Antônio Dias, Prefeito Municipal de Três Palmeiras, em exercício, no uso das suas atribuições legais, conforme o disposto no artigo 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Educação Cívica e Cidadania na Rede Municipal de Ensino do Município de Três Palmeiras.

Art. 2º O referido Programa desenvolverá atividades que estimulem a cidadania e os valores cívicos, éticos e de respeito nas turmas de 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano, contribuindo na melhoria da qualidade da educação básica, apoio à educação, ao civismo, auxiliando nas atividades pedagógicas e de recreação.

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 3º São princípios do Programa Educação Cívica e Cidadania do Município de Três Palmeiras:

I - a promoção de educação básica de qualidade aos alunos das escolas públicas regulares municipais, pautada em valores cívicos, éticos e de respeito;

II - o desenvolvimento de ambiente escolar adequado que promova a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

III - formação continuada do ser humano, voltada a sua independência, liberdade e valores da sociedade;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS

IV - a apoio a fim de atingir a excelência em processos educacionais e didático-pedagógicos;

V - o fortalecimento de valores humanos, cívicos, morais, éticos e de cidadania;

VI - a indução de boas práticas para a melhoria da qualidade do ensino público.

Art. 4º São objetivos do Programa:

I - fomentar e fortalecer as Escolas do Município;

II - oferecer aos alunos educação formal baseada em valores cívicos, éticos e morais;

III - usar como instrumentos educacionais o ensino do civismo, o respeito às leis, aos direitos e deveres do cidadão, e, dos ideais da família;

IV - melhorar os indicadores de desenvolvimento da educação básica - IDEB;

V - aumentar os índices de aprovação dos estudantes da rede municipal de ensino;

VI - valorizar os profissionais de educação;

VII - contribuir para melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência, na aprendizagem e na equidade da educação;

VIII - contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho dos profissionais da educação;

IX - contribuir para a redução dos índices de violência na escola e na comunidade;

X - contribuir para a redução da repetência, do abandono e evasão escolar.

XI - reduzir índices de violência contra a mulher.

XII - contribuir para a redução de preconceito e violência.

XIII - contribuir para o aumento da inclusão e diversidade no ambiente escolar.

Parágrafo único. O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- I** - editar atos normativos necessários à operacionalização e gestão do Programa;
- II** - definir a forma e os critérios para a implementação do Programa nas escolas municipais;
- III** - estabelecer critérios de avaliação aos alunos participantes e avaliar o Programa, no intuito de indicar oportunidades de melhoria a serem implementadas;
- IV** - capacitar os Agentes Cívicos contratados para trabalhar no Programa;

Art. 6º O Programa Educação Cívica e Cidadania do Município de Três Palmeiras será avaliado continuamente, como forma de aferição da melhoria e do atingimento das metas.

CAPÍTULO III
DO AGENTE CÍVICO

Art. 7º Fica criado o cargo em comissão de Agente Cívico, com 06 (seis) vagas, para atuar no Programa Educação Cívica e Cidadania do Município de Três Palmeiras, com as atribuições descritas no Anexo I, que passa a integrar as disposições do art. 21 da Lei Municipal nº. 1.787/2017.

Art. 8º O vencimento mensal, a escolaridade mínima, a carga horária semanal e o número de Agentes Cívicos por escola será em conformidade com o seguinte quadro demonstrativo:

Cargo	Escolaridade Mínima	Padrão de Vencimento CC	Carga Horária	Número de Agentes Cívico por Escola
Agente Cívico	Ensino Médio	CC08	30 horas semanais	02

§1º O reajuste dos vencimentos do cargo de que trata a presente Lei acompanhará o percentual e data da revisão geral anual concedida aos servidores públicos municipais, bem como eventual ganho real concedido.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS

§2º O cargo criado no *caput* deste artigo será ocupado por pessoas com formação militar das Forças Armadas, Polícia Militar, Brigada Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

§3º Fica vedada a investidura de pessoa com formação militar que esteja na condição de reformado, quando a reforma tenha sido por motivos de saúde.

§4º O cargo de Agente Cívico não se equipara a função ou profissional docente, não lhe sendo devida qualquer vantagem ou cumprimento de piso nacional.

§5º O horário de trabalho dos Agentes Cívicos obedecerá ao horário de funcionamento da unidade escolar credenciada no Programa.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Ao Programa Educação Cívica e Cidadania do Município de Três Palmeiras poderá se firmar convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou Estadual, entidades da Administração Indireta municipal, entidades do terceiro setor e com entidades privadas, neste último caso, sem auferir lucro.

Parágrafo único. Na hipótese de se estabelecer instrumento jurídico, de que trata o *caput* deste artigo, onde para a sua execução esteja estabelecida a adoção de modelo com Escola Cívico poderá se proceder nos devidos ajustes e alterações para o fiel cumprimento do ajustado.

Art. 10. O acesso do estudante à matrícula nas escolas que integrem o Programa seguirá o procedimento normal de matrícula adotado nas escolas da rede municipal de ensino.

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias e/ou, sendo necessário, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional, a ser efetivado através de Decreto e por transposição de dotações orçamentárias.

Art. 12. As disposições da presente Lei ficam incluídas no PPA e LDO vigente para o exercício 2025.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS

Gabinete do Prefeito, Três Palmeiras,

05 de dezembro de 2025.

Silvânio Antônio Dias

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

05.12.2025

Vagner Rodrigues Nunes

Secretário de Administração



GOVERNO MUNICIPAL DE
TRÊS PALMEIRAS
JUNTOS PARA TRANSFORMAR

Contato: (54) 3367-1030 E-mail: administracao@trespalmeiras.rs.gov.br
Endereço: Praça 12 de Maio, 763, Centro, Três Palmeiras/RS
CEP: 99675-000 - CNPJ: 92.399.112/0001-85